



LEI ORDINÁRIA Nº 2971

de 27 de dezembro de 2024

Dispõe sobre a Obrigatoriedade da Empresa Concessionária de Serviço Público de Distribuição e Energia Elétrica em Notificar as Empresas de Telefonia Internet e TV a Cabo para promoverem a regularização e a retirada dos fios inutilizados nos postes do Município de Corumbá-MS, e estabelece outras providências.

O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado do Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriamente das concessionárias de energia elétrica notificar as empresas de telefonia, internet e TV a cabo para a remoção de cabos inservíveis presos aos postes.

Art.2º As concessionárias de energia elétrica ficam obrigadas a notificar as empresas de telefonia, internet e TV a cabo para que estas realizem o alinhamento e a retirada das ações e equipamentos não utilizados e instalados na rede de energia e de iluminação pública.

Art.3º O prazo para a notificação prevista no Artigo anterior é de 15(quinze) dias, a partir da constatação da existência de ações e equipamentos não utilizados na rede de energia e de iluminação pública.

Art.4º As empresas de telefonia, internet e TV a cabo terão prazo de 30(trinta) dias para realizar o alinhamento e a retirada das fiações e equipamentos não utilizados e instalados na rede de energia e de iluminação pública, contados a partir da notificação recebida da concessionária de energia elétrica.

Art.5º Caso haja descumprimento do prazo previsto no Art.4º, as concessionárias de energia elétrica devem informar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art.6º As infrações aos Arts.3º e 4º sujeitam os infratores às seguintes sanções administrativas:

I - advertência por escrito;

II - multa no valor de 2.000,00(cinco mil reais) a 50.000,00(cinquenta mil reais).

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE CORUMBÁ 27 DE DEZEMBRO DE 2024

Art.1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica notificar as empresas de telefonia, internet e TV a cabo para a remoção de fios inservíveis aos postes.**Art.2º** As concessionárias de energia elétrica ficam obrigadas a notificar as empresas de telefonia,

*internet e TV a cabo para que estas realizem o alinhamento e a retirada das fiações e equipamentos não utilizados e instalados na rede de energia e de iluminação pública.*Art.3º *O prazo para a notificação prevista no Artigo anterior é de 15(quinze) dias, a partir da constatação da existência de fiações e equipamentos não utilizados na rede de energia e de iluminação pública.*Art.4º *As empresas de telefonia, internet e TV a cabo terão o prazo de 30(trinta) dias para realizar o alinhamento e a retirada das fiações e equipamentos não utilizados e instalados na rede de energia e de iluminação pública, contadas a partir da notificação recebida da concessionária de energia elétrica.*Art.5º *Casa haja o descumprimento do prazo previsto no Art.4º, as concessionárias de energia elétrica devem informa ao órgão competente do Poder Executivo Municipal.*Art.6º *As infrações aos Arts. 3º e 4º sujeitam os infratores às seguintes sanções administrativas:I - advertência por escritos:II - multa no valor de R\$ 2.000,00(cinco mil reais) a 50.000,00(cinquenta mil reais).*Art.7º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Lei Ordinária Nº 2971/2024 - 27 de dezembro de 2024

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em